



Comissão de Trabalho e Segurança Social

ATA NÚMERO 82/XIV/ 2.ª SL

Aos 12 dias do mês de maio de 2021, pelas 11:00 horas, reuniu a Comissão de Trabalho e Segurança Social, na Sala 3 do Palácio de São Bento, na presença das Senhoras e dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. **Apreciação e votação da ata da reunião n.º 80, de 5 de maio de 2021;**
2. **Distribuição de iniciativas legislativas - designação do Deputado autor do parecer e deliberação sobre a submissão a apreciação pública e eventuais consultas a realizar;**
3. **Apreciação e votação do requerimento do Grupo Parlamentar do PSD para audição da Comissão Especializada Permanente Interdisciplinar para a Natalidade;**
4. **Definição da metodologia e eventual agendamento da apreciação na especialidade e da nova apreciação na generalidade de iniciativas legislativas em Comissão;**
5. **Outros assuntos.**

O Senhor Presidente da Comissão de Trabalho e Segurança Social (CTSS), Deputado Pedro Roque (PSD), deu início aos trabalhos, cumprimentando as Senhoras e os Senhores Deputados presentes na sala e os que participavam na reunião por via eletrónica, entrando-se de seguida na apreciação da Ordem do Dia, nos seguintes termos:

1. **Apreciação e votação da ata da reunião n.º 80, de 5 de maio de 2021;**

A ata identificada foi aprovada por unanimidade.

2. **Distribuição de iniciativas legislativas - designação do Deputado autor do parecer e deliberação sobre a submissão a apreciação pública e eventuais consultas a realizar;**

O Senhor Presidente começou por dar conta que baixara à Comissão o Projeto de Lei n.º 825/XIV/2.ª (PCP) - «Altera o regime do despedimento coletivo e do despedimento por extinção do posto de trabalho e revoga o despedimento por inadaptação, reforçando os direitos dos trabalhadores (17.ª alteração à Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro que



Comissão de Trabalho e Segurança Social

ATA NÚMERO 82/XIV/ 2.^a SL

aprova o Código do Trabalho)», indicando o Grupo Parlamentar (GP) do PS que posteriormente procederia à designação do respetivo relator.

Por outro lado, o Senhor Presidente comunicou igualmente que haviam baixado sem votação todas as iniciativas discutidas na reunião plenária de quarta-feira, 5 de maio, mais concretamente os Projetos de Lei n.º 535/XIV/2.^a (PAN), 745/XIV/2.^a (BE), 765/XIV/2.^a (PCP), 790/XIV/2.^a (NiCR), 791/XIV/2.^a (NiCR), 797/XIV/2.^a (CDS-PP), 806/XIV/2.^a (PEV), 808/XIV/2.^a (PS), 811/XIV/2.^a (PAN) e 812/XIV/2.^a (PSD) e o Projeto de Resolução n.º 1222/XIV/2.^a (PSD), todas relativas às temáticas do teletrabalho e da desconexão profissional. Acrescentou que este assunto seria retomado no quarto ponto da Ordem de Trabalhos.

3. Apreciação e votação do requerimento do Grupo Parlamentar do PSD para audição da Comissão Especializada Permanente Interdisciplinar para a Natalidade;

O Senhor Presidente concedeu a palavra à Senhora Deputada Helga Correia (PSD), que na apresentação do requerimento em epígrafe recordou que Portugal regista há várias décadas uma taxa de natalidade inferior ao índice de renovação de gerações, fruto de uma baixa taxa de natalidade e do aumento da esperança média de vida, o que colocava em causa os próprios alicerces da Segurança Social. Posto isto, invocou o contributo do seu Grupo Parlamentar para a Lei n.º 135/2015, de 7 de setembro, que criou a Comissão Especializada Permanente Interdisciplinar para a Natalidade na esfera do Conselho Económico e Social. Nesse sentido, e decorridos estes anos, defendeu a oportunidade de ouvir esta entidade sobre a atividade que tem vindo a desenvolver, e bem assim as recomendações dimanadas.

Por sua vez, o Senhor Deputado João Paulo Pedrosa (PS) declarou acompanhar o requerido, considerando útil esta auscultação, e sugerindo que pudesse ser igualmente ouvido nesta sequência o Grupo de Trabalho referente à conciliação entre a vida profissional e vida familiar constituído no seio da Comissão Permanente de Concertação Social (CPCS), que também se debruçava sobre estas matérias.



Comissão de Trabalho e Segurança Social

ATA NÚMERO 82/XIV/ 2.ª SL

Depois de os Senhores Deputados Pedro Morais Soares (CDS-PP) e José Moura Soeiro (BE) e de a Senhora Deputada Diana Ferreira (PCP) terem concordado com o teor do requerimento e correspondente aditamento, declarando nada terem a opor, a Senhora Deputada Helga Correia (PSD) afirmou igualmente a sua anuência, desde que as audições fossem realizadas em separado.

Assim, o requerimento e respetiva adenda foram aprovados por unanimidade, garantindo o Senhor Presidente que se diligenciaria nesse sentido.

4. Definição da metodologia e eventual agendamento da apreciação na especialidade e da nova apreciação na generalidade de iniciativas legislativas em Comissão;

No que toca aos projetos de lei que se encontravam em apreciação na Comissão, o Senhor Presidente principiou por assumir que a intenção dos Grupos Parlamentares seria a de criar um Grupo de Trabalho (GT) que analisasse o acervo de iniciativas relacionadas com o Teletrabalho, previamente elencadas nesta reunião, o que foi corroborado por todos os Grupos Parlamentares. Nesse sentido, o Senhor Presidente mencionou que a coordenação deste GT – Teletrabalho (TT) caberia ao GP do PS, a quem caberia designar mais dois membros, assim como ao GP do PSD, podendo os restantes GP indicar um elemento cada um.

Foi igualmente comentada a participação dos demais proponentes que não integravam a CTSS, em especial os GP do PAN e do PEV e a Senhora Deputada Não Inscrita Cristina Rodrigues (NiCR) e também a extensão do regime de teletrabalho à Administração Pública, remetendo-se essas decisões para momento posterior. A este respeito, o Senhor Presidente não deixou de sinalizar que todas as iniciativas haviam baixado exclusivamente à 10.ª Comissão, sem conexão a nenhuma outra, designadamente à 13.ª Comissão.

A Senhora Deputada Diana Ferreira (PCP) exortou ainda à instalação célere deste GT, tendo em vista a expectável conclusão do processo legislativo até ao final da corrente Sessão Legislativa (SL), atendendo até a que as iniciativas haviam baixado sem votação por um período de 60 (sessenta) dias.



Comissão de Trabalho e Segurança Social

ATA NÚMERO 82/XIV/ 2.ª SL

A Senhora Deputada repetiu este apelo a propósito da eventual constituição de um Grupo de Trabalho dedicado aos projetos de lei que versavam sobre os direitos de Parentalidade, neste caso com uma possível prorrogação, se necessária, dos prazos de nova apreciação, que se encontravam já esgotados. Dando conta que integraria ambos os GT, realçou que se deveria procurar sempre compatibilizar a agenda de todos os Grupos de Trabalho que funcionavam na órbita da CTSS.

O Senhor Deputado José Moura Soeiro (BE) alinhou com o propugnado pelo GP do PCP, solicitando ainda que se avançasse desde já com a nova apreciação do Projeto de Lei n.º 704/XIV/2.ª (BE) - «Revoga a presunção legal de aceitação do despedimento por causas objetivas quando o empregador disponibiliza a compensação ao trabalhador».

A este respeito, e dando como consensual a criação dos dois Grupos de Trabalho já aludidos, o Senhor Presidente assentiu que se pudesse avançar de imediato com a calendarização desta iniciativa. Assim, e recebidos os contributos dos diversos Grupos Parlamentares, foi decidido que as propostas de alteração poderiam dar entrada até segunda-feira, 31 de maio, sendo votadas, caso fossem apresentadas, na reunião de quarta-feira, 9 de junho.

Quanto aos Projetos de Lei n.º 367/XIV/1.ª (BE), 415/XIV/1.ª (CDS-PP), 18/XIV/1.ª (PCP) e 495/XIV/1.ª (BE), genericamente respeitantes a prestações de desemprego e afins, determinou-se que o prazo para apresentação de propostas de alteração se estenderia até 18 de junho, com discussão e votação na reunião de 30 de junho.

Entretanto, a Senhora Deputada Diana Ferreira (PCP) propôs que o GT-TT pudesse funcionar preferencialmente no horário reservado para o Grupo de Trabalho – Audiências (GT-A), isto é, entre as 11h e as 13h de terça-feira. Já no que correspondia ao Projeto de Lei n.º 402/XIV/1.ª (BE) - «Procede à alteração da Lei n.º 89/99, de 5 de julho, que define as condições de acesso e exercício da atividade de intérprete de língua gestual», indicou que se pudessem realizar audições sobre a matéria, reconhecendo, contudo, a dificuldade de o fazer até ao final da SL. O Senhor Deputado José Moura Soeiro (BE) concordou que se retomasse este processo legislativo depois de concluídos



Comissão de Trabalho e Segurança Social

ATA NÚMERO 82/XIV/ 2.ª SL

os já enumerados. A Senhora Deputada Diana Ferreira (PCP) propôs então que se assumisse desde já o compromisso de visitar o agendamento desta iniciativa no final de junho, iniciando-se, se possível, as audições ainda no decurso do mês de julho, ou em alternativa no início da 3.ª SL, o que não motivou objeção nem do GP do BE, na qualidade de proponente, nem de nenhum outro dos presentes.

Em suma, o Senhor Presidente resumiu as metodologias adotadas, que foram aprovadas por unanimidade, assim como a constituição dos Grupos de Trabalho – Teletrabalho e Parentalidade, nos termos aduzidos.

5. Outros assuntos.

i) Não se verificando nenhuma oposição, passou-se à apreciação e votação do parecer sobre o Projeto de Lei n.º 540/XIV/2.ª (IL) - «Criação de uma plataforma de notificação de práticas irregulares ou ilegais em Estruturas Residenciais para Idosos», da autoria da Senhora Deputada Cristina Mendes da Silva (PS), cuja discussão na generalidade estava agendada para sexta-feira, 14 de maio, sendo que este arrastamento apenas havia sido comunicado na segunda-feira, dois dias antes desta reunião.

Desta forma, a Senhora Deputada relatora procedeu a uma apresentação sucinta do documento, fazendo menção ao objeto, motivação e conteúdo da iniciativa, ao enquadramento legal, internacional e doutrinário, à conformidade dos requisitos formais, constitucionais e regimentais aplicáveis e ao cumprimento da lei formulário, bem como às iniciativas legislativas e petições pendentes sobre a matéria. Reservando nos termos regimentais a sua opinião pública para a discussão em Plenário, a Senhora Deputada concluiu pelo envio do parecer ao Senhor Presidente da Assembleia da República, não sem antes alertar para o eventual incumprimento da norma-travão, que deveria ser acautelado com o diferimento da entrada em vigor do diploma, que desejavelmente deveria coincidir com o do Orçamento do Estado subsequente à sua publicação.

Após as saudações dos GP do PSD e PCP e do Senhor Presidente pelo trabalho desenvolvido pela Senhora Deputada relatora, o parecer foi aprovado por unanimidade.

ii) Noutro âmbito, o Senhor Presidente deu nota da sugestão de agendamento das audições dos representantes do Estado nos Conselhos de Administração da Fundação



Comissão de Trabalho e Segurança Social

ATA NÚMERO 82/XIV/ 2.ª SL

de Serralves e da Fundação Casa da Música, a requerimento do GP do BE, e em conjunto com a Comissão de Cultura e Comunicação (CCC), para quarta-feira, 19 de maio, entre as 10h e as 12h, seguida da reunião ordinária propriamente dita. Fazendo alusão à proposta de grelha alinhavada, o Senhor Presidente presumiu que se estava em condições de concordar com a mesma, tendo a Senhora Deputada Diana Ferreira (PCP) exprimido expressamente o seu acordo, atendendo à concatenada articulação com a CCC. Não se verificou nenhuma objeção.

iii) Por último, o Senhor Presidente apresentou um esboço de programa para a Audição Pública dedicada ao Livro Verde sobre o Futuro do Trabalho (LVFT) para terça-feira, 25 de maio, que colocou à consideração dos Grupos Parlamentares. Destarte, adiantou que esta proposta seguiria por via eletrónica, fomentando-se assim o debate entre todos, tendo sido sugerida a antecipação do início em 30 minutos, para as 10h30, de molde a atribuir mais tempo aos autores e Coordenadores Científicos do LVFT.

Na sequência de uma pergunta do GP do BE, o Senhor Presidente esclareceu que o modelo a adotar seria presencial e por videoconferência, remetendo-se para alguma eventual deliberação da Conferência de Líderes da quarta-feira seguinte, 25 de maio, sobre esta matéria, e perguntando-se diretamente aos oradores se pretendiam participar presencialmente ou por via remota, podendo demandar-se autorização expressa ao Senhor Presidente da Assembleia da República nesse sentido. Foi ainda decidido solicitar para o efeito a reserva da Sala do Senado ou, em alternativa, do Auditório António de Almeida Santos.


Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às 12:00 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 19 de maio de 2021.

Comissão de Trabalho e Segurança Social

ATA NÚMERO 82/XIV/ 2.ª SL

O PRESIDENTE DA COMISSÃO



Pedro Roque

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Cristina Sousa (PS)
Eduardo Barroco De Melo (PS)
Fernando José (PS)
João Paulo Pedrosa (PS)
Luís Soares (PS)
Marta Freitas (PS)
Nuno Sá (PS)
Rita Borges Madeira (PS)
Sílvia Torres (PS)
Carla Barros (PSD)
Clara Marques Mendes (PSD)
Helga Correia (PSD)
Lina Lopes (PSD)
Maria Germana Rocha (PSD)
Ofélia Ramos (PSD)
Olga Silvestre (PSD)
Pedro Roque (PSD)
José Moura Soeiro (BE)
Diana Ferreira (PCP)
Pedro Morais Soares (CDS-PP)
Cristina Mendes Da Silva (PS)
Mara Coelho (PS)
Maria Joaquina Matos (PS)
Eduardo Teixeira (PSD)
Emília Cerqueira (PSD)
Fernanda Velez (PSD)

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:



Comissão de Trabalho e Segurança Social

ATA NÚMERO 82/XIV/ 2.^a SL

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Tiago Barbosa Ribeiro (PS)
Isabel Pires (BE)